



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO PARANA - CELEPAR

CNPJ: 76.545.011/0001-19

Rua Mateus Leme, nº 1561, Edif. Bom Retiro, 80.520-174 - Curitiba - PR

RELATORIO DA DIRETORIA EXECUTIVA - EXERCÍCIO 2017



Senhores acionistas,

A partir de um contexto voltado à primazia da ética, transparência e responsabilidade social, aderente aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da diretoria executiva com as principais realizações e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

SOBRE A INSTITUIÇÃO

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, empresa pública pioneira no segmento de informática é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, tendo como acionista majoritário o Estado do Paraná. Criada pela Lei Estadual 4.945 de 30 de outubro de 1964, e constituída por escritura pública lavrada em 5 de novembro de 1964, tem como missão **prover Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação que permitam modernizar e melhorar o Desempenho da Gestão Estadual com a consequente oferta de serviços públicos mais eficientes aos cidadãos paranaenses**. Atua fortemente pautada nos seus valores – comprometimento, respeito ao interesse público, pessoas como nosso diferencial, atender no tempo certo e evolução contínua, geridos conforme seu ato de situação: colaboradores, clientes, parcerias institucionais, órgãos de controle e sociedade paranaense.

1. REALIZAÇÕES DA CELEPAR EM 2017

Apresentamos as realizações de destaque da Celepar no ano de 2017 que retratam o comprometimento com a melhoria contínua de sua gestão e dos serviços prestados ao Governo do Paraná.

1.1. GOVERNO DIGITAL

Implantação do Governo Digital do Estado do Paraná, com a adoção de um novo portal, que tem como objetivo fundamental a melhoria da qualidade dos serviços públicos, mediante o uso intensivo de tecnologia da Informação e Comunicação, avançando a oferta de serviços e aprimorando a experiência do usuário por meio de uso das múltiplas fontes de dados e de serviços decorrentes dos sistemas operacionais. **Perspectiva Tecnológica:** o novo portal propicia uma experiência personalizada aos usuários, à medida que estimula que o uso dos serviços digitais seja feito de forma autenticada, via Identidade Digital, permitindo uma oferta de serviços e interação com o usuário de forma proativa. Assim, por exemplo, usuários que busquem os serviços mais consultados, como, por exemplo, informações de débitos de veículos, poderão receber, de forma ativa, dados de filhos nas escolas estaduais, agendamento de consultas nos hospitais ou informações de interesse público que sejam específicas para o seu próprio perfil. **Especificidade de governança da segurança pública:** a adoção do Governo Digital definiu diretrizes para a prestação do serviço, que incluem a forma de prestação (on-line, presencial ou híbrida), documentação necessária para obtenção do serviço, custos envolvidos, locais de atendimento e nível de serviço (por exemplo, prazo de atendimento). O atendimento a essas diretrizes, bem como o nível de satisfação dos usuários serão coletados e analisados para subsidiar um processo de melhoria contínua.

1.2. IDENTIDADE DIGITAL DO PARANÁ

Implantação da Identidade Digital do Paraná, elemento fundamental para viabilização do Governo Digital. E através da Identidade Digital que será viabilizado um acesso seguro aos serviços governamentais, permitindo que o usuário tenha uma experiência de uso proativa e personalizada. A Identidade Digital poderá ser obtida por cidadãos paranaenses que dispõem de um documento oficial associado à captura de impressões digitais. No caso do Paraná, a Carteira de Identidade e a Carteira Nacional de Habilitação. Assim, após um confronto das impressões digitais, o cidadão poderá criar sua Identidade Digital, que associa o documento físico, a outras informações digitais como o número do telefone celular e e-mail. Com isso, o indivíduo poderá acessar serviços públicos de forma autenticada e com mecanismos de segurança de acesso compatíveis com a criticidade dos dados sendo acessados.

1.3. AUTORIDADE CERTIFICADORA (AC)

O uso do certificado digital garante a autenticidade e validade jurídica aos documentos assinados eletronicamente, desmaterializando os processos físicos em termos de tramitação e armazenamento de papel, e isso contribui para as políticas públicas de sustentabilidade, desburocratização, agilidade nos processos, em pleno alinhamento com as diretrizes que regem os serviços de Governo Digital prestados ao cidadão paranaense. A Celepar, conforme lei 17.480 artigo 7º inciso II, desenvolveu um projeto para se tornar uma Autoridade Certificadora, o qual está sendo executado em duas etapas com a efetiva implantação no ano de 2018.

- Implantação da Autoridade de Registro Celepar, onde poderão ser solicitados, emitidos e validados Certificados Digitais para o Governo do Estado e para a sociedade;
- Implantação da Autoridade Certificadora Celepar em seu Data Center, a primeira empresa baseada no sul do Brasil, proporcionando independência tecnológica no que se refere a soluções públicas em Certificação Digital.

1.4. DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES

No Plano de Negócios foram estabelecidas três ações estratégicas para o desenvolvimento de soluções informatizadas: A primeira, voltada a atualização da plataforma tecnológica de soluções administrativas de uso corporativo pela Administração Pública Estadual. Grande parte das metas estabelecidas foram alcançadas, com destaque para: sistema de patrimônio; sistema e-Protocolo; módulo de protocolos digitais; e sistema de Acompanhamento de Obras Prediais (GOE). A segunda ação, direcionada a atualização das soluções de grande porte que apresentam obsolescência tecnológica. Para esta ação investiu-se no desenvolvimento de módulos, funcionalidades e novas versões de sistemas como: Sistema de Gestão de Controle Penitenciário (SIGEP); novo Sistema Hemoterápico (SHT); nova versão do Licenciamento Anual de Veículos; E, a terceira, objetivando o desenvolvimento de serviços públicos de grande impacto para a população e/ou empresas. Destacam-se neste contexto, o desenvolvimento de: solução de Serviços ao Aluno (SEAD); a geração da Declaração Fiscal-Contábil com dados da escrituração fiscal digital; a Central de Certidões, no Detran Fácil; e o aplicativo (smartphone) para relacionamento com os candidatos à 1ª Habilitação (Detran-PR).

1.5. MELHORIAS TECNOLÓGICAS E DE PROCESSOS DIVERSOS VISANDO AUMENTO DE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE

Várias foram as melhorias executadas que contribuíram para o aprimoramento dos serviços prestados, tanto sob o aspecto de infraestrutura tecnológica, quanto de processos internos, tais como a adoção de ferramentas para melhoria do processo de transferência de arquivos; para monitoramento de performance de aplicações; para apoio ao desenvolvimento (modelagem); e para serviços de portal do governo; Também houve evolução nos indicadores referente a prestação de serviços a clientes, relacionados a ambientes computacionais, objetivando que os mesmos ocorram com mais qualidade, segurança e em um prazo adequado. Iniciativas como, incremento no percentual de serviços dentro do SLA para ambientes computacionais de clientes; incremento nos atendimentos remotos para ambientes computacionais de clientes, são exemplos positivos que, se não atingidos em sua totalidade, contribuíram muito para a revisão de procedimentos internos adotados pelos técnicos responsáveis pelos serviços.

1.6. SUBSTITUIÇÃO DA ATUAL PLATAFORMA MAINFRAME

Realizada migração do Mainframe z10 para o Mainframe z13, ambiente no qual ocorre o processamento de aplicações corporativas do Estado, garantindo mais segurança, agilidade e confiabilidade nos dados de sistemas do Estado.

1.7. IMPLANTAÇÃO USINA SOLAR FOTOVOLTAICA

Instalação da usina solar fotovoltaica conectada à rede da concessionária COPEL, que reduzirá o custo da tarifa de energia, haja vista toda eletricidade gerada pelos painéis fotovoltaicos, estimada em 80.000 kWh/ano e que será utilizada diretamente na empresa.

1.8. SOLUÇÃO DE BIOMETRIA

Solução implantada no Clube Atlético Paranaense é capaz de realizar a confirmação de autenticidade do usuário através de confronto com informações biométricas das bases de dados oficiais do Governo do Estado as suas digitais dos torcedores.

1.9. NOVO SISTEMA DE CONTROLE DE SANGUE

A nova versão do sistema de controle hemotérico tem como objetivo principal o monitoramento das doações e transfusões de sangue feitas nos serviços de saúde do Estado.

1.10. ESCOLA PARANÁ

App que permite que pelo smartphone, estudantes, pais e familiares possam fazer consulta de notas, grade de aulas, eventos escolares (jogos, palestras, reuniões) e até interagir com professores e colegas, via mensagens. Disponível para sistemas Android e iOS.

1.11. SISTEMA ONLINE DE NOTIFICAÇÃO DE INFECÇÕES HOSPITALARES (SONIH)

Pioneiro no país, o sistema possibilita a obtenção de dados das infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) em tempo real e oferece aos profissionais de saúde a taxa dos principais indicadores de infecção hospitalar.

1.12. NOVO PORTAL DE NOTÍCIAS DO GOVERNO

Com design responsivo, que se adapta a diferentes dispositivos, o portal tem um layout mais atrativo para o público. As notícias são segmentadas por região e o usuário também tem acesso a conteúdos de vídeo, áudio e imagens, que passam a ter mais destaque na nossa página.

1.13. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO É RECONHECIDO COMO UM DOS MAIS EFICAZES DO PARANÁ

O comitê de Olho na Transparência, organização formada por representantes da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB-PR), Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-PR), Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR) e Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Paraná (Sescap-PR), reconhecem o Portal da Transparência do Governo do Paraná como um dos mais eficientes e ágeis do Estado.

1.14. APLICATIVO CULTURA PARANÁ

A solução permite que o cidadão fique por dentro dos acontecimentos do mundo da arte, cultura e entretenimento em cada município do estado. Cursos, shows, oficinas e teatro são alguns dos eventos divulgados pelo aplicativo.

1.15. E-PROTÓTIPO DIGITAL

Solução desenvolvida pela Celepar em parceria com a Secretaria de Administração e Previdência. O sistema é responsável pela emissão, tramitação, arquivamento e descarte de documentos protocolados e não protocolados.

1.16. LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

O sistema é pioneiro no País e tem como objetivo dar mais velocidade, transparência e padronização aos procedimentos do IAP. A novidade também dá mais conforto aos empreendedores, que não precisam mais comparecer à sede ou aos Escritórios Regionais do órgão para protocolar o requerimento.

1.17. SISTEMA DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

A solução garante o rastreamento de produtos de origem vegetal, sua quantidade, origem e destino final por meio do registro de cada produto.

1.18. AÇÕES SOCIAIS:

CURSO DE ACESSO À INTERNET E REDES SOCIAIS

O curso de Acesso à Internet e Redes Sociais, promovido pelo Governo do Estado que integra o programa Cidade Cidadã, já atendeu milhares de paranaenses com uma série de informações sobre o mundo da informática e, ao final da capacitação, saíram com endereço eletrônico (e-mail) e perfil em redes sociais. Esse projeto atendeu mais de 500 cidadãos no primeiro semestre de 2017, dentre mais de 8 municípios.

CURSO DE SMARTPHONE DA CELEPAR

O treinamento gratuito oferecido pela Celepar permitiu aos participantes o aprendizado de noções básicas do celular. O Curso Básico de Smartphone está em sua 15ª edição, totalizando mais de 930 pessoas atendidas. Além de Curitiba, a capacitação já foi realizada nos municípios de Pato Branco, Paranaguá, Ivate e Palomares, Coronel Vivida, Lindoeste, Londrina e Fazenda Rio Grande.

1.19. INCENTIVO CULTURAL

No ano de 2017 um total de 24 projetos, das mais diversas linguagens artísticas, foram incentivados pela Celepar através da renúncia fiscal municipal para edital do Mecenateo 2016. No total foi incentivado um montante de R\$ 1.930.319 para os projetos contemplados.

1.20. MENOR PREÇO DO NOTA PARANÁ RECEBE PRÊMIO E-GOV 2017

A solução Menor Preço do Nota Paraná, desenvolvida em parceria entre a Celepar e a Secretaria da Fazenda, foi um dos vencedores da 16ª edição do Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-GOV 2017), na categoria e-Serviços Públicos, entre os 89 projetos inscritos.

1.21. PROGRAMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES INTEGRADAS - PARANÁ - PEII - PR

O Programa Estadual de Informações Integradas - Paraná - PEII - PR, no âmbito do Sistema Estadual de Informações de Governo - Paraná, com o objetivo de integrar, organizar, consolidar, disponibilizar dados e qualificar informações estratégicas provenientes dos sistemas aplicativos utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, desenvolveu por meio de Centro Integrado de Informações Estratégicas do Paraná (CIEE-PR) 80 estudos de *business intelligence* representando 91.747 acessos de 28 órgãos do poder executivo do Governo do Estado. Com esses números, o acúmulo de estudos de *business intelligence* desenvolvidos atingiu a marca de 646 estudos.

2. GESTÃO ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

A questão financeira vem se apresentando como um dos grandes desafios da Companhia e vários são os esforços realizados na busca de alternativas, seja pelo estudo e/ou adoção de medidas internas, ou seja pela busca de novos mercados condizentes com a linha de atuação da organização. Internamente, foram adotados indicadores de melhoria da necessária redução de inadimplência e o desenvolvimento de projeto para a reavaliação do perfil das receitas e despesas. Ao longo do ano obteve-se êxito na redução da inadimplência, utilizando-se como base o comparativo acumulado mensal de 2016 contra 2017, pois a Companhia acentuou ainda mais a sua ação de cobrança de valores em atraso devidos por seus clientes referentes a serviços prestados e ressarcimento de remuneração de empregados em disposição funcional. Atuou junto aos seus clientes e à Secretaria de Fazenda consolidando num esforço conjunto com tal secretária reduzir em cerca de 78% os valores devidos pelos clientes no final do exercício 2016. Mesmo com a entrada de novos valores, devido ao tratamento dos seus serviços prestados em 2017, o qual foi em seu montante bruto 4,5% superior a 2016, a Companhia encerra o exercício com um Contas a Receber 48% menor que o de 2016 demonstrando a efetividade de sua ação. Construiu-se também em 2017 uma proposta de melhoria na gestão de pessoas, com a definição de linhas de atuação, que serão viabilizadas em 2018. Vale destacar que no transcorrer do ano, em cumprimento ao programa do Governo Federal a Companhia procedeu o cadastramento de todo o quadro funcional no E-social.

Outro grande desafio para a organização é a implantação dos preceitos estabelecidos pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016. A lei trata da adoção de conceitos, diretrizes e práticas, voltadas à governança corporativa. Em 2017, a Celepar enviou esforços, na construção/revisão de alguns documentos que servirão de alicerce à implantação de vários processos internos: revisão do Estatuto Social da Celepar, construção de um Código de Conduta e Integridade e elaboração do Regulamento de Licitações e Contratos. Esses documentos elaborados e aprovados internamente, foram encaminhados para aprovação externa do CCEE-PR. Conselho de Controle das Empresas Estaduais do Paraná, para posterior análise e aprovação do Conselho de Administração da Celepar. Os trabalhos de implantação das práticas de governança corporativa continuaram em 2018.

3. DIRETORIA DE MÉRCADEO

Tem-se em 2017 o ano da consolidação da Diretoria de Mercado, cujo objetivo é identificar oportunidades de prestação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação a outros mercados, como: prefeituras, outros membros da Federação, bem como entidades da sociedade. Baseada nesse escopo e na necessidade de diversificar o seu faturamento, que a Celepar percebeu a oportunidade de incrementar a sua receita e, consequentemente, cumprir com seu papel de agente transformadora e inovadora na gestão pública, utilizando-se das soluções já existentes na esfera Estadual, adequando-as aos municípios e suas necessidades.

4. ÁREAS DE OPERAÇÕES

Segue abaixo uma exposição descritiva com cada órgão/secretaria atendido pela Companhia e os serviços realizados para cada um deles, no ano de 2017:

Órgão:	Operações realizadas:
SEDS	Sistema PASSE LIVRE
Órgão:	Operações realizadas:
SEJU	Implantação de registros Históricos em todas as informações do Sistema de Medidas Socio Educativas
Órgão:	Operações realizadas:
Sistema SIPO Versão 2 - Novos módulos e funcionalidades	- Mesa do procurador
- Distribuição e Preenchimento automático das informações das novas fichas de processos	- Pesquisa Simplificada/Avançada
- Ficha do contencioso	- Módulo de Indisponibilidade
- Termos de referência para aquisições diversas	
Órgão:	Operações realizadas:
RH-SEED - Consultas, Ordem de Serviço e Suprimentos Online dos profissionais da Educação do Paraná	
Área do Aluno - Boletim Escolar, Declaração de Matrícula e Solicitação de Histórico Escolar	
Nova Prova Online da Educação de Jovens e Adultos	
Órgão:	Operações realizadas:
- Aplicativo Mobile, E-Habilitação	
- Tem-se em 2017 o ano da consolidação nos diversos canais de atendimento (Tote, Site, App)	
- Gestão de Recursos de Infração de Trânsito	
- Gestão de Cobrança (Divida Ativa, CADIN)	
- Atualização monetária das Multas de Trânsito (Lei Federal 13.781)	

Órgão:	Operações realizadas:
CASA MILITAR/DEFESA CIVIL	Sistema SISDC (Defesa Civil) - Módulo de Ajuda Humanitária (Projeto de Evolução)
	Sistema SISDC (Defesa Civil) - Módulo de Mensagens/Alertas (SMS/E-mail) (Projeto de Evolução)
	Sistema SISDC (Defesa Civil) - Integração COPEL / SIMEPAR (Projeto de Evolução)
	Sistema STA - Gestão de Aeronaves - (CASA MILITAR) - Versão 1 do sistema de Aeronaves, módulos STR - Gestão Rodoviária - e DOS - Operações e Segurança)
Órgão:	Operações realizadas:
CGE	Novo sistema de Ouvidoria do Estado do Paraná (Sistema SIGO)
Órgão:	Operações realizadas:
BADEP	Novo portal do Banco
Órgão:	Operações realizadas:
FOMENTO PR	Concessão Setor Público
	Correspondente Bancário
	Cobrança registrada
	Matriz Microcrédito
Órgão:	Operações realizadas:
JUCEPAR	Novo portal da Junta Comercial
	Portal REDESIM integrações
Órgão:	Operações realizadas:
SEFA	Melhorias de segurança no Data Center CorporativoCT-e/ Versão 3.0
	IPVA / Lançamento 2017
	SIAP / Abertura Orçamentária e Financeira do Exercício de 2017
	SIAP / Encerramento Contábil do Exercício de 2016
	EFD / Monitoramento de Carga de Arquivos EFD
	FUNESP / Fundo Especial de Segurança Pública
	GNRE / Implantação da Contingência
	NF-e / Norma Técnica 2016.001
	SIAP / Relatórios Crystal Reports
	Menor Preço - Versão 2.0 do Aplicativo
	PTE / Disponibilização de Informações Financeiras - Fase 3
	SIAP / Integração com a Paraná Previdência
	SIAP / Prestação de Contas do Exercício de 2016
	Autoregularização V2.0
	CT-e / Outros Serviços
	IPVA / Serviços de TOTEM para o DETRAN
	PAF / Lei 18.877/2016
	SciCED / Leiaute de 2017
	Taxas de Utilização de Recursos Hídricos e Minerais
	EFD / Geração da DFC por meio da EFD
	SIAP / Contabilização Diária da Arrecadação
	Nota. PR / Módulo de Autuação
	GEFE / Grupo de Educação Fiscal
	REDESIM / Inscrição Completa de Contribuintes
	DAE / Protocolo de Extinção da Dívida
	Portal do SAC
	Menor Preço - Versão Web
	DAE / Protesto da Dívida Ativa
	GNRE / Implementar o CT-e no GNRE
	SIG-IE / Sistema Integrado de Gestão de Empresas Estatais
Órgão:	Operações realizadas:
IPEM	Novo Site comemorativo - IPEM 50 anos
Órgão:	Operações realizadas:
PARANA EDIFICAÇÕES	Sistema de Gestão de Projetos e Obras - Acompanhamento de Obras (Contratos: em desenvolvimento; Convênios: Implantado)
Órgão:	Operações realizadas:
SESA	Sistema Hemoterápico - SHT
	Sistema de Notificação de Infecção Hospitalar - SONIH
	Sistema para Controle de Vacinação da Dengue (versões 2 e 3)
	Novos Módulos na Solução para Farmácias - SISMEDEX
	Solução para Confirmação de Presença em Farmácias e demais serviços (Totem e App Mobile)
	Envio de avisos e SMS aos pacientes
	Cuidado Farmacêutico
	Programação da Regional com Pedidos e Guia de Remessa Automáticos
	Novos Módulos do Sistema de Gestão Hospitalar (GSUS)
	Controle de Materiais Esterilizáveis - CME
	Serviço de Enfermagem
	Centro de Diagnóstico
	GSUS-Farmácia: Programação do CEMEPAR com pedidos e guia de remessa automáticas
Órgão:	Operações realizadas:
APPA	Integrações dos sistemas Carga on-line e Scoa - Sistema de Controle de Armazenamento com Solução automatizada de entrada de motoristas com biometria Carga on-Line - diversas alterações para controle de cargas do Corredor de Exportação; com criação de 'janelas' para chegada dos caminhões, limite para saída para descarga e confirmação pelos terminais desta descarga
	Diversos web services para integração com Terminais e ALL Logística
	Consulta de descarga no site da APPA para que o transportador possa verificar se realmente a descarga (grandes ocorrências)
	Envio de SMS ao motorista no cadastramento/alterar/cancelar uma carga
	Análises no Aplicativo Mobile de Apontamentos de Não Conformidades
	Retomada do Monitoramento das Balanças de fluxo - controle dos pesos e exportação dos terminais
	Atendimento à Auditoria da Receita Federal
	SCOA - Integração do SCOA com o APPAWEB - envio da movimentação e paralizações
	SCOA - novos relacionários (ex: Statement of Facts, Movimentação por Cliente)
	COL - relatório para ANTAQ
	Estatísticas dos sistemas operacionais da APPA está quase toda no BI
Órgão:	Operações realizadas:
SEIL	Módulo de Planejamento do Sistema de Gestão de Obras de Edificações - GOE finalizado e liberado para treinamento dos demais órgãos do Estado. Manutenções evolutivas em andamento
Órgão:	Operações realizadas:
SECS	Sistema para Gestão de Agências de Propaganda
Órgão:	Operações realizadas:
IIPR	- 2ª via rápida da carteira de identidades: disponibilização de consultas no site
	- Nova versão do sistema de impressão da carteira de identidade (SIRG)
	- Reestruturação das aplicações que disponibilizam serviços no site (Atestado de Antecedentes, 2ª via rápida e Agendador) de forma a facilitar o acesso do cidadão
	- Integração entre o sistema de Registro Criminal e Justiça Estadual para recebimento eletrônico das decisões judiciais
	- Integração entre o sistema de Registro Criminal e o sistema de Atividades Cartorárias para recebimento eletrônico dos indiciamentos

Continua

Órgão:	Operações realizadas:
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	Gerador automático de Laudos: módulo do sistema GDL que permite além da geração de laudos para o IC a geração de laudos para a Clínica do IML.
Órgão:	Operações realizadas:
POLÍCIA CIVIL	<p>Sistema de Atividades Cartorárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Solução para compartilhamento de arquivos (imagens, vídeos, áudios) com o Projudi (sistema do Tribunal de Justiça) - Comunicação do BOC e Ato Infracional ao Projudi - Requisição de exames ao IML <p>Integração com o Projudi para recebimento e tratamento das pendências</p> <p>Sistema de Mandados e SUIJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração com o SAC 24 (sistema de controle de tomazeleiras) - Integração com o SIGEP para cumprimento de Mandado e Alvará de Soltura - Mandado de Fiscalização integrado com a Justiça Estadual <p>Delegacia Eletrônica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorias nos formulários das ocorrências de Furtos e Extravio - Impressão de qualquer boletim de ocorrência pela Internet

Órgão:	Operações realizadas:
PMPR	<p>Sistema Bateu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bateu offline - solução para registro de acidentes de trânsito em locais que não há comunicação com a Internet - Integração com o Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) <p>EProc:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração com o Projudi para recebimento e tratamento das pendências - 15 novos documentos - Geração de rascunho automático <p>Prevfego:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração com a REDESIM - Funcionalidade para monitoramento de processo - Funcionalidade para cancelamento de guia de pagamento

Órgão:	Operações realizadas:
SESP	<p>Investigação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consulta aos dados do SIGEP - Consulta aos Mandados de Fiscalização e Monitoração <p>Boletim Unificado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arquivamento automático de boletins de extrativo ou perda de documentos - Despacho de ocorrências - B.O. deve ser analisado e despachado como Inquérito, Flagrante, TCIP, Boletim de Ocorrência, Circunstanciado, Inquérito Militar ou Inquérito Militar - Controle de Edição e Manipulação de Boletins - histórico na Consulta

AGRADECIMENTOS

Tendo encerrado o exercício 2017 com resultado satisfatório, a CELEPAR, agradece a relevante colaboração de cada um de seus stakeholders e renova seu compromisso com a melhoria contínua de suas relações, processos e serviços.

Curitiba, março/2018.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em R\$ 1)					
ATIVO	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE		123.615.756	178.230.099	60.322.886	67.536.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	"3.41" e "41"	43.908.430	41.250.389	6.452.987	13.340.327
Contas a Receber de Clientes	"3.5" e "5"	62.250.249	120.527.970	17.860.442	19.876.717
Impostos a Recuperar	"3.11" e "6"	2.574.633	1.905.967	5.815.852	7.241.432
Adiantamentos e Empréstimos a Empregados	"3.11"	79.585	56.033	25.183.585	25.648.773
Estoque	"3.6"	535.887	386.383	4.826.169	1.155.230
Outros Créditos	"3.11"	2.101.736	1.928.363	183.851	293.521
Impostos Diferidos	"3.11" e "7"	10.780.904	10.740.123	3.219.909	5.403.832
Despesas Antecipadas	"3.11"	1.384.332	1.434.871	1.992.046	1.498.888
NAO CIRCULANTE		65.582.865	67.684.272	1.227.863	3.904.944
Realizável a Longo Prazo	"3.11"	6.333.303	9.296.253	125.655.826	172.974.539
Obrigações Financeiras	"3.11"	24.870	23.426	181.100.000	100.000.000
Depósitos Judiciais	"3.11"	6.308.433	9.272.827	6.026.043	6.026.043
Investimentos	"3.7"	482.216	482.216	6.997.328	6.021.506
Imobilizado	"3.8" e "9"	54.073.842	54.967.923	12.632.455	60.126.990
Intangível	"3.9" e "10"	4.693.504	2.937.880	-	-
TOTAL DO ATIVO		189.198.621	245.914.371	189.198.621	245.914.371

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em R\$ 1)					
PASSIVO	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE		60.322.886	67.536.000	60.322.886	67.536.000
Fornecedores	"3.12"	6.452.987	13.340.327	17.860.442	19.876.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	"3.14" e "11"	5.815.852	7.241.432	25.183.585	25.648.773
Obrigações Fiscais e Tributárias	"3.13" e "13"	25.183.585	25.648.773	4.826.169	1.155.230
Provisão para Demandas Judiciais	"3.14"	4.826.169	1.155.230	183.851	293.521
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	"3.14"	183.851	293.521	3.219.909	5.403.832
Depósitos em Caução	"3.14" e "16"	1.992.046	1.498.888	1.992.046	1.498.888
Provisões de Longo Prazo	"3.14" e "17"	1.227.863	3.904.944	125.655.826	172.974.539
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		181.100.000	100.000.000	181.100.000	100.000.000
Reservas de Capital	"18.2"	6.026.043	6.026.043	6.026.043	6.026.043
Reserva Legal	"18.3"	6.997.328	6.021.506	6.997.328	6.021.506
Reserva de Lucros	"18.5"	12.632.455	60.126.990	-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		189.198.621	245.914.371	189.198.621	245.914.371

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1)					
RECEITA LÍQUIDA	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	"23"	224.690.572	217.714.715	186.637.082	174.383.411
Custo dos Serviços Prestados		38.053.490	43.331.304	38.053.490	43.331.304
LUCRO BRUTO		(33.273.194)	(36.386.556)	(33.273.194)	(36.386.556)
OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(29.264.442)	(26.133.850)	(29.264.442)	(26.133.850)
Gerais e Administrativas	"22"	(4.140.197)	(170.295)	(4.140.197)	(170.295)
Despesas Financeiras	"22"	3.334.978	3.301.280	3.334.978	3.301.280
Receitas Financeiras	"22"	(3.203.433)	(13.383.792)	(3.203.433)	(13.383.792)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL		4.780.296	6.944.748	4.780.296	6.944.748
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	"14"	(1.304.635)	(6.586.265)	(1.304.635)	(6.586.265)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	"7"	40.781	44.214.434	40.781	44.214.434
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.516.442	4.779.917	3.516.442	4.779.917
Lucro do Exercício por Ação do Capital Social (Em reais)		0,035	0,048	0,035	0,048

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COM EVIDENCIAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ 1)						
	Capital Social	Reserva de Lucros			Patrimônio Líquido Total	Resultado Abrangente
		Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros		
Em 31 de dezembro de 2015	100.000.000	6.026.043	6.582.510	55.760.393	168.368.946	4.045.924
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Integração de Capital	-	-	-	-	-	-
Reversão de Provisão de Dividendos	-	-	-	960.907	-	960.907
Reversão de JCP para Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.779.917	4.779.917
Destinações Propostas:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal (nota 18.3)	-	-	238.996	-	(238.996)	-
Dividendos (nota 18.4)	-	-	-	-	(1.135.230)	(1.135.230)
Transferência para Reserva Especial de Lucros	-	-	-	3.405.691	(3.405.691)	-
Em 31 de dezembro de 2016	100.000.000	6.026.043	6.821.506	60.126.990	172.974.539	4.779.917
Reversão de Provisão de Dividendos (nota 18.4)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.516.442	3.516.442
Destinações Propostas:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal (nota 18.3)	-	-	175.822	-	(175.822)	-
Dividendos (nota 18.4)	-	-	-	(50.000.000)	(835.155)	(50.835.155)
Transferência para Reserva Especial de Lucros	-	-	-	2.505.465	(2.505.465)	-
Em 31 de dezembro de 2017	100.000.000	6.026.043	6.997.328	12.632.455	125.655.826	3.516.442

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO (Em Reais)					
Fluxo de Caixas das Atividades Operacionais	2017	2016			
		2017	2016		
Fluxo de Caixas das Atividades Operacionais	3.516.442	4.779.917	4.779.917		
Lucro Líquido do Exercício	3.516.442	4.779.917	4.779.917		
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:					
Ajustes de Exercícios Anteriores	9.567.692	8.023.059	8.023.059		
Depreciações e Amortizações (nota 9.b e 10.b)	7.723	17.027	17.027		
Valor Residual do Imobilizado Baixado (nota 9.b)	(40.781)	(4.421.434)	(4.421.434)		
Provisão de Impostos Diferidos	(2.677.081)	(3.039.417)	(3.039.417)		
(Reversão) Constituição de Provisões para PDVA	(4.665.188)	12.800.412	12.800.412		
(Reversão) Constituição de Provisões para Demandas Judiciais	9.908.807	18.159.564	18.159.564		
(Aumento)/Diminuição das Contas do Ativo Contas a Receber de Clientes	58.277.721	(26.244.352)	26.244.352		
Contas a Receber de Clientes	(668.666)	837.159	837.159		
Estoque	(149.504)	(18.712)	(18.712)		
Despesas Antecipadas	50.539	(54.882)	(54.882)		
Depósitos Judiciais	2.964.594	(26.976)	(26.976)		
Outros Ativos	(198.369)	63.306	63.306		
Outros Ativos	60.276.115	(25.444.460)	(25.444.460)		
Aumento (Redução) das Contas do Passivo Fornecedores	(6.887.340)	8.438.729	8.438.729		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(2.016.275)	(6.497.777)	(6.497.777)		
Obrigações Fiscais e Tributárias	(1.425.580)	(1.812.274)	(1.812.274)		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	3.690.939	174.223	174.223		
Outras Obrigações	(109.670)	(9.272)	(9.272)		
Depósitos em Caução	(6.254.768)	8.597.389	8.597.389		
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	63.930.154	1.312.493	1.312.493		
Atividades de Investimentos					
Aplicação em Investimentos	-	(30.000)	(30.000)		
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado (nota 9.b)	(6.421.432)	(7.065.349)	(7.065.349)		
Aquisição de Bens Intangíveis (nota 10.b)	(4.015.526)	(1.631.644)	(1.631.644)		
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(10.436.958)	(8.726.993)	(8.726.993)		
Atividades de Financiamentos					
Reversão de Dividendos	-	960.907	960.907		
Juros sobre o Capital Próprio (nota 15)	(50.835.155)	(1.135.230)	(1.135.230)		
Dividendos Propostos (nota 18.4)	(50.835.155)	(174.323)	(174.323)		
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(101.670.310)	(1.310.553)	(1,310.553)		
Redução (Aumento) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.658.041	(47.889.823)	(47,889.823)		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	43.908.430	41.250.389	41,250.389		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	46.566.471	41.250.389	41,250.389		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Valores em R\$ 1)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, vinculada à Casa Civil, tem como objeto a prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação e de gestão, serviços de rede e de comunicação de dados, administração de ambientes informatizados, operação de sistemas, desenvolvimento e manutenção de sistemas e recursos computacionais. Tais serviços são prestados, preponderantemente, aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas, em Reais (R\$ 1), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, homologados pelos órgãos reguladores e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

A moeda funcional utilizada pela Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em reais (R\$ 1).

2.1. Autorização de Emissão das Demonstrações Contábeis
Eventos subsequentes ao período a que se referem essas demonstrações contábeis são eventos favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2017, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Esta autorização é de competência da diretoria executiva da Companhia, tendo sido as Demonstrações Contábeis apreciadas em reunião realizada em 05 de março de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1. Apuração de resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Instrumentos Financeiros - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores.

Não existem operações na Companhia com características de instrumentos financeiros que possam valor de mercado distinto dos saldos contábeis.

3.3. Estimativas Contábeis - Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Foram utilizadas estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações. (nota 13)

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa - Este grupo está composto pelo saldo que permanece no caixa, saldo de contas correntes e aplicações financeiras com prazos de vencimentos originais de até 90 dias. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado".

3.5. Contas a Receber de Clientes - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. A Companhia demonstra o saldo de contas a receber ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora.

A administração da Companhia, com base na análise dos créditos a receber e seu comportamento histórico no que tange à inadimplência, constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, com relação a contas a receber de clientes vendidas.

3.6. Estoques (Almoxarifado) - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que é inferior ao valor de mercado.

3.7. Investimentos - São avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

3.8. Imobilizado - Apresentado em detalhes na nota explicativa "9", está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens ou agregados ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

A administração implementou ao fim de 2015 os controles necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências do CPC 27, quanto às taxas de depreciação utilizadas, vida útil dos principais bens e determinação do valor residual dos bens relevantes do Ativo Imobilizado e pôde concluir que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tampouco ajustes contábeis necessários ou riscos de impairment em ambos os exercícios. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revisados inicialmente em 2015 e continuam em acompanhamento, sendo que eventuais ajustes que surgirem serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do Ativo Imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do Imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/(despesas) operacionais no resultado.

O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.9. Intangível - Itens do Ativo Intangível são amortizados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

São registradas as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativos aos recolhimentos em regime de estimativa, de acordo com os dispositivos legais nas contas de IRPJ a Compensar e CSLL a Compensar.

As retenções das contribuições 4,65% (Pis, Cofins e CSLL) estão registradas em contas individualizadas. O Pis e Cofins são compensados mensalmente e a CSLL é compensada nos meses em que a Companhia apresenta lucros tributáveis. (IN 459 de 18/10/04).

Impostos a recuperar	2017	2016
Contribuição Social Retida sobre faturamento	175.105	323.346
IRPJ a Compensar	805.751	-
CSLL a Compensar	460.856	-
Cofins retida sobre faturamento	623.134	1.014.225
PIS retido sobre faturamento	128.699	218.826
Outras Impostos a Recuperar	381.087	349.570
Total	2.574.633	1.905.967

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Contábeis. As aliquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda (IRPJ) e de 9% para a Contribuição Social (CSLL).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Descrição	2017	2016
Provisão Trabalhistas	5.577.464	(192.371)
Provisão p/ PDVA - Benefício Mensal	-	(1.134.971)
Provisão Tributárias	102.737	34.737
Provisão p/ Outras Ações	2.882.218	(530)
Provisão Crédito de Liquidação Dúvidosa	2.218.485	1.333.916
Total	10.780.904	40.781

8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

No Realizável a Longo Prazo são registrados valores com expectativa de realização superior a um exercício social, como os títulos de crédito da Eletrobrás, atualizados mensalmente e os depósitos referentes a ações trabalhistas e de outras naturezas em que a Companhia figura como ré.

Descrição	2017	2016
Títulos de Crédito		
Obrigações da Eletrobrás	24.870	23.426
Depósitos para Recursos		
Trabalhistas	5.425.614	8.642.960
Judiciais Diversos	882.819	629.867
Total	6.333.302	9.296.253

9. IMOBILIZADO

a) Composição do Imobilizado

%	(*)	2017		2016	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
		285.897	(568)	285.897	286.465
		32.426.822	(7.336.974)	25.089.848	26.409.004
		11.289.173	(4.543.229)	6.745.944	7.725.078
		57.923.428	(38.116.277)	19.807.151	17.936.202
		6.076.263	(3.931.261)	2.145.002	2.611.174
		108.801.583	(53.927.741)	54.873.842	54.967.923

(*) Taxas anuais de depreciação.

b) Movimentação do Imobilizado

	2017		Valor Líquido	Valor Líquido
	Valor Líquido	Adições		
Terrenos	286.465	-	285.897	286.465
Edificações	26.409.004	(1.319.156)	(3.701)	25.089.848
Instalações	7.725.078	84.369	(1.063.144)	(15.053)
Equipamentos	17.936.202	6.245.085	(4.371.747)	(1.557.214)
Móveis e Utensílios	2.611.174	91.979	(553.744)	(188.357)
Total	54.967.923	6.421.433	(7.307.291)	(11.764.893)

10. INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível

%	(*)	2017		2016	
		Custo Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
		35.248.001	(30.567.579)	4.680.422	2.924.798
		20.253.33	50	13.082	13.082
		2.937.880	4.015.526	(2.259.902)	-
		58.439.114	(25.542.053)	13.772.404	16.062.882

(*) Taxas anuais de amortização.

b) Movimentação do Intangível

	2017		Valor Líquido	Valor Líquido
	Valor Líquido	Adições		
Sistemas de Suporte	2.924.798	4.015.526	(2.259.902)	-
Outros Intangíveis	13.082	-	-	13.082
Total	2.937.880	4.015.526	(2.259.902)	-

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2017	2016
Provisão de Férias e Encargos	13.471.830	12.551.758
Previdência Social	1.385.958	1.340.766
Fundo de Garantia por Tempo Serviço	993.466	947.745
Outras Obrigações	2.009.188	5.036.470
Total	17.860.442	19.876.747

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Descrição	2017	2016
Cofins a Recolher	713.467	1.451.087
ISS a Recolher	1.399.329	1.712.857
IRRF a Pagar	2.094.386	1.901.760
Previdência Social sobre a Receita a Pagar	1.214.916	1.486.610
IRPJ a Recolher	-	8.111
CSLL a Recolher	-	69.329
Outras Obrigações Tributárias a Recolher	393.754	614.678
Total	5.815.852	7.241.432

13. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Contingências	Trabalhistas	Tributárias	Outras Ações	TOTAL
SALDO EXERCÍCIO 2016	16.970.104	200.000	8.478.669	25.648.773
Reversão das Provisões	(16.970.104)	(200.000)	(8.478.669)	(25.648.773)
Constituição Provisão em 2017	16.404.305	302.169	8.477.112	25.183.586
SALDO EXERCÍCIO 2017	16.404.305	302.169	8.477.112	25.183.586

13.1 Processos Trabalhistas - A Companhia possui processos em andamento, cuja possibilidade de perda foi avaliada por seus assessores jurídicos e classificada de acordo com a deliberação nº 594 da CVM, com base no valor de alçada contido nos relatórios dos advogados da companhia, estando assim distribuídos:

- a) Provável - R\$ 16.404.305 (R\$ 16.970.104 em 2016);
- b) Possível - R\$ 2.143.755 (R\$ 646.540 em 2016);
- c) Remota - R\$ 196.250 (R\$ 325.000 em 2016).

13.2 Processos Tributários - A provisão para contingência tributária refere-se ao processo nº 23034.000513/2005-41 F.N.D.E., sendo R\$ 61.901 (sessenta e um mil, novecentos e um reais) de valor original depositado em 2005 mais multas, juros e atualizações provenientes do andamento do processo totalizando ao final do exercício 2017 o valor de R\$ 300.000, além de dois processos que totalizam R\$ 2.169 envolvendo a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

13.3 Provisão para Outras Ações Cíveis - Foi considerada também a probabilidade de perda para outras ações, referente a ações cíveis de risco provável no valor de R\$ 8.477.112, para qual já há garantia depositada de R\$ 854.612 (valor original). Existem contra a Companhia outros processos cíveis em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível em um montante de R\$ 5.216.473 e outros de risco remoto, em um montante de R\$ 241.800, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Também há outras ações cíveis movidas pela Celear contra terceiros com risco possível (R\$ 1.688.490) e com risco remoto (R\$ 11.590.257) sem necessidade de qualquer tratamento contábil por serem ações movidas pela Companhia contra terceiros, com risco possível ou remoto.

14. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu no exercício de 2017, com base no lucro real, os montantes de R\$ 912.952 (R\$ 4.771.940 em 2016) de provisão líquida para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$ 391.683 (R\$ 1.814.325 em 2016) para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R\$ 1.304.635 (R\$ 6.586.265 em 2016) em obediência à legislação tributária federal.

Descrição	CSLL	IRPJ
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	4.821.076	4.429.393
(+) Contribuição Social sobre o Lucro	-	391.683
(-) Custos e Despesas Indedutíveis	42.581.481	42.581.481
(-) Excluídos	(43.050.522)	(43.050.522)
(-) Base de Incidência da CSLL e IRPJ antes dos incentivos fiscais	4.352.035	4.352.035
(-) Incentivos fiscais	-	151.057
Contribuição Social e Imposto de Renda no Resultado do Exercício	391.683	912.952

15. JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

No exercício de 2017 a Companhia reconheceu, conforme deliberação da 311ª Reunião do Conselho de Administração da Celear, Juros sobre Capital Próprio-JCP aos seus acionistas, conforme participação acionária de cada qual, no valor total bruto de R\$ 4.000.000, valor esse contabilizado como despesa financeira e considerado dedutível para fins de tributação de IRPJ e CSLL.

16. DEPOSITOS EM CAUÇÃO

A Companhia recebe caucões como garantia de contratos, cujos valores são corrigidos à taxa de juros de poupança e devolvidos aos fornecedores no término da vigência do contrato.

Descrição	2017	2016	Varição
Caução	1.992.046	1.498.888	493.158
TOTAL	1.992.046	1.498.888	493.158

17. PDVA

Em 2017 desligaram-se da Companhia os últimos empregados optantes pelo Programa de Demissão Voluntária para Aposentados instituído por meio da RDE 010/2014 e complementado pela Ata da 4ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva de 30 de março de 2015 e pela Ata da 7ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva de 28/03/2016. O valor total do benefício de cada optante pelo plano tem pagamento em 36 parcelas mensais, corrigidas anualmente pelo mesmo índice da correção salarial aplicado aos salários da categoria.

Em 31/12/17 o valor devido a todos os desligados optantes pelo Programa totaliza R\$ 2.005.055 no curto prazo e R\$ 1.227.868 no longo prazo. Não foi constituída nova provisão haja vista que a Companhia não lançou em 2017 novo Programa para adesão de outros empregados.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social - O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) é representado por 800.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

18.2 Reservas de Capital - As Reservas de Capital são constituídas de Subvenções para Incentivos Fiscais com saldo de R\$ 207.687 remanescente de exercícios anteriores e Reserva para Aumento de Capital que foi constituída em 2014 pela reversão de remuneração do capital próprio (JCP) no valor de R\$ 5.818.356 (cinco milhões oitocentos e dezoito mil trezentos e cinquenta e seis reais), conforme determinação constante na 63ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), visando futuro aumento de capital social.

18.3 Reserva Legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

18.4 Dividendos - De acordo com o art. 46 do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito de receber o mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos, registrados no passivo circulante por ocasião do encerramento do exercício 2017, foram calculados como segue:

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	3.516.442	4.779.917
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Base de Cálculo	3.516.442	4.779.917
Reserva Legal 5%	175.822	238.996
Dividendos (25%)	835.155	1.135.230

Em dezembro de 2017 a Companhia distribuiu a título de dividendos, de acordo com a participação acionária de seus acionistas, o total de R\$ 50.000.000, que integram a Reserva Especial de Lucros, conforme deliberação da 67ª Assembleia Geral Extraordinária em 17/11/2017.

18.5 Reserva de Lucros - No exercício 2017 foi destinado à Reserva Especial de Lucros o valor de R\$ 2.505.465, resultante da diferença entre o valor do lucro líquido do exercício e a soma dos dividendos e da reserva legal constituída no exercício.

Com tal destinação e com a movimentação mencionada na nota explicativa 18.4, o saldo da Reserva Especial de Lucros que era de R\$ 60.126.990 em 2016 passou a R\$ 12.632.454 em 2017, saldo esse que se destina à futura utilização conforme legislação vigente e deliberação dos acionistas.

19. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Previdência é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar denominada através - Previdência Privada da Celear. Tal entidade não possui fins lucrativos e foi constituída pela Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1996, com a finalidade de garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e invalidez a seus empregados e participantes, por meio do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E APOSENTADOS

20.1 Benefícios a empregados - Os custos dos benefícios oferecidos pela Companhia em sua maioria são compartilhados com os empregados, tais como: Plano de Saúde, Previdência Privada, Vale-Transporte, Programa de Alimentação do Trabalhador, Auxílio Educação, Auxílio Funeral e Auxílio Portador de Deficiência.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

20.2 Benefícios a aposentados - A empresa concede assistência médica aos aposentados e ao seu cônjuge/companheiro, benefício este estabelecido em Acordo Coletivo sendo que a permanência no plano implica no pagamento pelo aposentado de 1% do seu salário nominal na data do desligamento e 0,6% pelo cônjuge/companheiro. Além da participação mensal, cabe ao aposentado o pagamento de 20% do valor das consultas realizadas. O valor gasto pela empresa com tal benefício não é provisionado dado que trata-se estritamente de plano na modalidade pós-pago, onde cabe à empresa pagar à operadora de saúde o valor dos procedimentos efetivamente realizados em cada mês. Tais valores são extremamente variáveis pois estão atrelados às enfermidades e tratamentos realizados pelos usuários, fatos esses de efetiva imprevisibilidade.

21. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Intangível.

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Do montante de Receitas Financeiras, R\$ 2.200.292 se referem aos juros sobre aplicações financeiras (nota 4).

Do montante de Despesas Financeiras, R\$ 4.000.000 se referem aos Juros sobre Capital Próprio creditados aos acionistas em dezembro de 2017, conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia (nota 15).

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento ao contido na CPC 30 item 88 apresenta-se o detalhamento da Receita Bruta Tributável:

	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	275.382.477	263.636.743
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(50.691.905)	(45.922.028)
Impostos s/ Serviços	(13.212.475)	(12.862.689)
PIS não Cumulativo	(3.347.231)	(3.343.718)
Cofins Não Cumulativo	(15.417.602)	(15.401.430)
Cofins Cumulativo	(2.060.283)	(1.826.342)
PIS Cumulativo	(446.390)	(395.702)
Imposto Sobre Serviços - Call Center	(145.753)	(125.439)
Contribuições Previdenciárias	(12.219.368)	(11.858.793)
Vendas Canceladas	(1.835)	-
Descontos Incondicionais	(3.840.968)	(107.915)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	224.690.572	217.714.715

Jason Carvalho Leite
Diretor Presidente

Lúcio Alberto Hansel
Diretor Administrativo Financeiro

Eli Margarete Winter
Contadora - CRC PR-062.044/O-1

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As contas da Companhia e o conjunto completo de suas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram submetidos pela Diretoria Executiva à apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e aprovados por unanimidade na 20ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal e na 31ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA
Wellington Otávio Dalzav	Jason Carvalho Leite
Conselheiro	Diretor Presidente
Jason Carvalho Leite	Lúcio Alberto Hansel
Conselheiro	Diretor Administrativo Financeiro
Sérgio Wippel	Luiz Fernando Ballin Ortolani
Conselheiro	Diretor de Operações
Leticia Codagnone Ferreira Raymundo	José Juracy Macedo
Conselheiro	Diretor de Desenvolvimento
Vanderlei Roberto Rebelo	Daniilo Sclater
Conselheiro	Diretor de Tecnologia da Informação
Ricardo Adriano Serfas	Luiz Carlos Nunes
Conselheiro	Diretor Jurídico
Adelmaris Martins Marques	Nelson Garcia
Conselheira	Diretor de Mercado

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, em obediência às disposições legais que regem as Sociedades Anônimas, examinou toda a documentação representativa das operações realizadas no exercício de 2017, bem como o Relatório da Diretoria e o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido com Evidenciações dos Outros Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas anexas às Demonstrações Contábeis. Considerando o parecer dos Auditores Independentes, emitido em 09 de março de 2018, é de parecer que estes documentos refletem a situação exata da Companhia, estando em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 27 de março de 2018.

Ardisson Naim Akel
Conselheiro

Ivaldo Pedro Patriotic
Conselheiro Suplente

Gustavo Swain Kfourri
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Conselheiros da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná